

dora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

6 de Novembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*.

2611068405

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 23896/2007

Faz-se público que, por despacho do Ex.^{mo}. Presidente da Câmara, de 16 de Novembro de 2007, foi nomeado na sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de Serralheiro Mecânico Principal (Grupo de Pessoal Operário Altamente Qualificado), aberto por aviso datado de 2 de Agosto de 2007, nos termos dos n.ºs 5 e 6, do artigo 8, n.º 2 do artigo 28.º, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o candidato, Daniel Fernando Alves Esteves, o qual nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à Administração Local, passa a ser remunerado pelo escalão 1, índice 233.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1 e 114.º, n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto)

23 de Novembro de 2007. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611068143

Aviso n.º 23897/2007

Faz-se público que, por despacho do Ex.^{mo}. Presidente da Câmara, de 16 de Novembro de 2007, foi nomeada na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de Arquitecto Paisagista de 1ª classe, aberto nos termos da alínea a) do n.º 4, do artigo 6.º conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, publicado por aviso no *Diário da República* n.º 127, 2.ª série, de 4 de Julho de 2007, a candidata, Rita Corte Real Brito e Abreu, a qual nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à Administração Local, passa a ser remunerada pelo escalão 1, índice 460.

(Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1 e 114.º, n.º 1 da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto)

23 de Novembro de 2007. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611058141

Rectificação n.º 2037/2007

Rectifica o aviso n.º 12131/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 04 de Julho de 2007, na p. 19088

Faz-se público que no ponto 10.2 do aviso de abertura, onde se lê “A prova de conhecimentos referente ao concurso XIV consistirá na realização de uma prova escrita, sem consulta e de escolha múltipla, pontuada numa escala de 0 a 20 valores e versará sobre as seguintes matérias:” deve ler-se “A prova de conhecimentos consistirá na realização de uma prova escrita, sem consulta e de escolha múltipla, com a duração de 1 hora, pontuada numa escala de 0 a 20 valores e versará sobre as seguintes matérias:”.

Onde se lê “Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio (Código da Estrada), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 265-A/01, de 28 de Setembro”, deve ler-se “Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro (Código das Estradas).

O Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho (estabelecimentos de Restauração e Bebidas) e Decreto-Lei n.º 370/99, de 18 Setembro (estabelecimentos), não serão objecto de questões por se encontrarem revogados.

23 de Novembro de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611068389

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

Aviso n.º 23898/2007

Considerando que não foi efectuada consulta à BEP — Bolsa de Emprego Público, de acordo com o estabelecido no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, determino que sejam anulados os seguintes concursos in-

ternos de acesso publicados no *Diário da República* 2.ª série n.º 120 de 25 de Junho de 2007 e n.º 147 de 01 de Agosto de 2007:

Técnico de Informática Grau 1 — Nível 1

Técnico Profissional 1ª Classe — Desenhador

Assistente administrativo especialista

Técnico Superior 1ª Classe — Antropologia

Técnico Superior 1ª Classe — Línguas Literaturas Modernas/Estudos Portugueses

25 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *David Pereira Catarino*.

2611068371

Aviso n.º 23899/2007

Nomeação de pessoal dirigente

No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/09 e na sequência da abertura de procedimento concursal para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau Director de Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade, Formação e Inovação, publicitado no jornal *Diário de Notícias* e na Bolsa de Emprego Público a 16/07/2007, decidi de harmonia com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005 de 30/08 e aplicável à Administração local por força do Decreto — Lei n.º 93/2004, de 20/04, alterado pelo Decreto — Lei n.º 104/2006, de 07/06, nomear por urgente conveniência de serviço o Licenciado Eusébio Manuel Silva Monteiro, para o cargo de Director de Projecto Municipal de Sistemas de Informação, Qualidade, Formação e Inovação, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Nota relativa ao currículo académico e profissional de Eusébio Manuel Silva Monteiro

Dados Pessoais:

Nome: Eusébio Manuel Silva Monteiro

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 06 de Novembro de 1969

Bilhete de Identidade: n.º 9197731, passado pelo arquivo de identificação de Santarém em 07/04/98

Contribuinte: n.º 187110018

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Administração Pública Regional e Local pela Universidade do Minho concluída em Julho de 1992.

Carreira e Actividade Profissional:

Funcionário do Município de Ourém desde 94.03.19, sendo nomeado definitivamente, como Técnico Superior de 1ª Classe em 98.10.01

Desde o início de funções e até à data, executou entre outras tarefas:

Informatização de diversos serviços municipais;

Participação em diversas comissões de trabalho para estudo e implementação de acções de melhoria e qualidade nos serviços administrativos da Câmara Municipal de Ourém;

Elaboração e acompanhamento de várias candidaturas para realização de formação profissional de funcionários, no âmbito do PROFAP e do FORAL;

Elaboração de diversas candidaturas e de pedidos de pagamento de projectos candidatados aos Programas Operacionais Regionais, com especial referência para a Medida 1.5 do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo — Acções Específicas de Valorização Territorial, ao abrigo da qual foram realizados projectos de investimento que ascenderam a cerca de 12 milhões de euros enquadrados no programa Valourém — Valorização Territorial da Cidade de Ourém por si idealizado;

Desde Março de 1997 e até a Junho de 1998 acumulou funções com a chefia da Secção de Aprovisionamento e Património;

Desde 1994 tem promovido e ministrado diversas acções de formação para os funcionários da autarquia, sobretudo na área de informática, num total de 1200 horas de formação;

Entre Abril de 2000 e Abril de 2004 exerceu o cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Formação;

Entre Abril de 2004 e Abril de 2007 exerceu o cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e durante esse período acumulou as funções de coordenador municipal do projecto Leiria Região Digital, tendo sido investidos cerca de 500 mil euros nos sistemas de informação e infra-estruturas informáticas do Município;

Actualmente é Director de Projecto de Sistemas de Informação, Qualidade, formação e Inovação, em regime de substituição, cargo para o qual foi nomeado em comissão de serviço em Abril de 2007;

Formação Profissional:

Curso de Técnico de Formação, com a duração de 959 horas, promovido pela Fundação Oliveira Martins entre 93.08.02 e 94.02.18;

Diploma de Especialização em Modernização da Administração Autárquica, com a duração de 100 horas, promovido pelo CEFA e INA entre 2003.06.03 e 2004.02.28;

Acção de Formação sobre Operador de Informática e Contabilidade, com a duração de 60 horas, promovida pela Associação de Comércio e Indústria do Concelho de Ourém (ACISO);

Acção de Formação sobre PORLVT — Candidaturas e organização processual, com a duração de 12 horas, promovida pela CCRLVT;

Acção de Formação sobre os Novos regulamentos dos Fundos Comunitários, com a duração de 18 horas, promovida pela CCRLVT;

Acção de Formação sobre I Jornadas da Qualidade, com a duração de 12 horas, promovida pela Câmara Municipal de Ourém;

Acção de Formação sobre I jornadas da Qualidade do Município de Nisa, com a duração de 12 horas, promovida pela Câmara Municipal de Nisa;

Acção de Formação sobre Acesso dos Municípios ao Fundo Social Europeu, com a duração de 12 horas, promovida pela CEDREL;

Acção de Formação sobre Modernização e qualidade nos serviços, com a duração de 36 horas, promovida pela Câmara Municipal de Ourém;

Acção de Formação sobre Regime Jurídico das empreitadas de obras públicas, com a duração de 14 horas, promovida pela Câmara Municipal de Ourém;

Acção de Formação sobre Aprovisionamento e Gestão de Stocks, com a duração de 21 horas, promovida pela Câmara Municipal de Ourém;

Acção de Formação sobre o CPA nas Autarquias Locais, com a duração de 30 horas, promovida pela Câmara Municipal de Ourém;

Acção de Formação sobre Gestão Orçamental, com a duração de 30 horas, promovida pela CCRLVT;

Acção de Formação sobre Regime Jurídico da Aquisição de Bens e Serviços, com a duração de 18 horas, promovida pela CCRLVT;

Acção de Formação sobre Produção de páginas Internet, com a duração de 18 horas, promovida pelo Instituto Nacional de Administração;

Acção de Formação sobre o CPA — Teoria e Prática, com a duração de 30 horas, promovida pela Câmara Municipal de Ourém;

Acção de Formação sobre lei de Acesso aos Documentos Administrativos, com a duração de 21 horas, promovida pela CEDREL;

Acção de Formação sobre o Novo Regime de Aquisição de bens e Serviços, com a duração de 14 horas, promovida pela ATAM;

Participação no seminário “Primeiro Benchmarking em serviços Públicos” promovido pelo Secretariado para a Administração Pública;

Participação no seminário “Casos exemplares de Modernização Administrativa Municipal” promovido pela Secretaria de estado da Administração Local e Ordenamento do Território;

Acção de Formação sobre Apoios Financeiros no âmbito das iniciativas Comunitárias, com a duração de 7 horas, promovida pela CEDREL;

Acção de Formação sobre Técnicas de classificação de serviço e avaliação de desempenho profissional, com a duração de 21 horas, promovida pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica;

Acção de Formação sobre Formação de Técnicos de Formação, com a duração de 14 horas, promovida pela Associação de Municípios do Médio Tejo;

Acção de Formação sobre Finanças e Contabilidade para não financeiros, com a duração de 7 horas, promovida pela Associação de Municípios do Médio Tejo;

Acção de Formação sobre os Fundos Comunitários para o desenvolvimento Local e regional, com a duração de 30 horas, promovida pelo Instituto Nacional de Administração;

Seminário sobre e-paper com a duração de 7 horas, promovido pela empresa Microfil;

Participação em diversas Reuniões de Aperfeiçoamento Profissional promovidas pela Associação de Técnicos Administrativos Municipais realizadas em diversos Municípios dos distritos de Santarém, Leiria e Lisboa.

9 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *David Pereira Catarino*.

2611068373

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

Aviso n.º 23900/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho datado de 1 de Outubro de 2007, converteu-se em Definitiva a nomeação em

Comissão de Serviço Extraordinária, após Reclassificação Profissional para a categoria de Auxiliar Técnica de Turismo, da funcionária Maria de Fátima Pereira da Cunha Lourenço, com efeitos a partir do dia 30 de Setembro de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas).

4 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Pereira Júnior*.

2611068501

Aviso n.º 23901/2007

Reclassificação profissional

Para cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro e alínea *a*) do n.º 2, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, torno público que, por meus despachos de 7 e 22 de Novembro de 2007, procedi à reclassificação profissional, nos termos dos artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro e por aplicação dos critérios de transição do n.º 1, do artigo 10.º e n.º 1 do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com o artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, da seguinte funcionária: Maria da Conceição Gonçalves Alves — da categoria de Técnica de Informática do Grau 2, Nível 1, índice 470, escalão 1, para a categoria de Técnica Superior de Contabilidade de 1.ª Classe, índice 475, escalão 2.

A nomeada têm o prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para aceitar a nomeação. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Pereira Júnior*.

2611068502

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Aviso n.º 23902/2007

Concursos externos de ingresso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Senhor Presidente da Câmara de 2007.11.21 se encontram abertos pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes concursos externos de ingressos para provimento de quatro lugares de Técnico Superior de 2ª Classe (Estagiário) do grupo de pessoal técnico superior, a que corresponde o vencimento mensal líquido de 1.048,86 euros, índice 321 da referida categoria, e demais regalias para os funcionários da Administração Pública:

- a) Concurso A — Técnico Superior (área de Ciências do Desporto) — um lugar;
- b) Concurso B — Técnico Superior (área de Ciências Agrárias — ramo animal) — um lugar;
- c) Concurso C — Técnico Superior (área de Engenharia Química) — um lugar;
- d) Concurso D — Técnico Superior (área de Sociologia) — um lugar;

1 — Os concursos são válidos para o preenchimento das vagas postas a concurso e cessam com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, Decreto-Lei n.º 204/98 de 11 de Julho, Decreto-Lei n.º 238/99 de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98 aplicável pelo Decreto-Lei n.º 409/91 de 17 de Outubro, Decreto-Lei n.º 404-A/98 de 18 de Dezembro aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98 de 30 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, Decreto-Lei n.º 353-A/89 de 16 de Outubro e Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de Fevereiro.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover é o constante do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho previsto no despacho n.º 4/88 do SEALOT publicados no D.R. n.º 80, 2.ª série de 6 de Abril de 1990.

4 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação considerando-se pessoas com deficiência aquelas que encontrando-se em qualquer uma das circunstâncias e situações descritas no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 9/89 de 2 de Maio, possam exercer, sem limitações funcionais a respectiva actividade, conforme n.º 1 do artigo 2.º do citado Decreto-Lei n.º 29/2001.